

Sarney cancela reunião

A interpretação dada ao relatório do senador Almir Gabriel (PMDB/PA) pela área econômica do Governo, que considerou inconstitucionais diversos cortes promovidos na proposta orçamentária de 1989, criou novo impasse entre Executivo e Legislativo comprometendo novas tentativas de entendimento entre as duas esferas de poder. Este foi o principal motivo do cancelamento da reunião entre o presidente José Sarney e a cúpula da Comissão Mista de Orçamento prevista para ontem à tarde, no Palácio da Alvorada.

— A única coisa que fizemos aqui foi corrigir os equívocos do Executivo — afirmou o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB/MA), no final da noite de sexta-feira depois de sucessivas reuniões para examinar a nova investida do Governo em favor do entendimento.

ULYSSES

Cid Carvalho, que esteve ontem à tarde na casa de Ulysses Guimarães acompanhado do relator da comissão, afirmou que o Congresso Nacional não pode ser responsabilizado pelo "rombo" do déficit público. Segundo ele, há uma ten-

dência entre os parlamentares, tanto do PMDB como do PFL, de elevar o valor a ser desembolsado pelos Estados e municípios. "Vamos passar o fim de semana conversando para chegar a um consenso que conte com tanto os interesses da União como dos governadores", observou, ressaltando que não há interesse em confronto.

Cid Carvalho não quis especificar qual seria a proposta de consenso. Esta, no entanto, deverá ser um meio termo entre o que pretende a União — pagamento de 25 por cento sobre as dívidas vencidas entre 1983 e 1988, o que equivale a 2,5 bilhões de dólares e 25 por cento sobre o débito a vencer em 89, que corresponde a 600 milhões de dólares, e a proposta do relator. Conforme esta última, os Estados mais endividados — São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul — pagariam 25 por cento da dívida a vencer no ano que vem. Minas Gerais e Paraná 20 por cento, Santa Catarina, Bahia e cidade de São Paulo, 10 por cento. Os demais Estados pagariam toda a dívida de 89, assim como os débitos vencidos de 1980 a 1988 seriam refinanciados plenamente para todos.